
A HISTÓRIA DA HISTÓRIA EM PORTUGAL – ENTREVISTA COM LUIS REIS TORGAL

ENTREVISTA COM O Prof. Doutor Luís Reis Torgal (Universidade de Coimbra)

Entrevistador: Doutorando Marcello Felisberto Moraes de Assunção (UFG).

REALIZADA ENTRE OS DIAS 10 DE MAIO E 20 DE JUNHO DE 2015 (VIA E-MAIL).

Luís Reis Torgal é professor catedrático jubilado da Universidade de Coimbra. Pertenceu ao Instituto de História e Teoria das Ideias, sendo um dos fundadores e dos directores da Revista de História das Ideias, um dos periódicos pioneiros em Portugal em questões em torno da “História da História”. Foi também um dos fundadores do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS20). Dedicou-se ao estudo da História contemporânea, nomeadamente do Estado Novo de Salazar, da historiografia em termos de ditadura e do ensino de história produzido no período. Desta forma, esteve ligado às discussões historiográficas mais inovadoras em Portugal, seja no campo da história contemporânea ou da teoria da história.

Organizou em conjunto a Amado Mendes e Fernando Catroga uma obra monumental em torno da História da História de Portugal, nos séculos XIX e XX, ainda um estudo seminal para a compreensão da génese e estruturação do campo historiográfico nas terras lusitanas. Além disso, em reflexões como *História e Ideologia* e *Estados Novos, Estado Novos e História, Que História?* o autor problematiza a praxis historiográfica (ensino de história, historiografia do salazarismo, etc), ou, para dizer em outros termos, o que fazem os historiadores quando fazem história. Depois de 37 anos como professor da Universidade de Coimbra ainda dedica-se às discussões e problematizações que instigam as novas gerações a se voltarem para o estudo da história segundo as perplexidades da nossa vida presente.

Revista de Teoria da História: O estudo do campo historiográfico no salazarismo é um dos maiores legados que o professor deixou para

historiografia portuguesa contemporânea¹. Em razão deste legado, iniciaremos a entrevista perguntando como o professor avalia a historiografia portuguesa em tempos de salazarismo, tanto no âmbito de uma historiografia científica profissional, como também numa produção fora do ambiente acadêmico do período (ensino de história, memória, intervenções de jornalistas, políticos, literatura, etc).

A historiografia em tempo salazarista pode dividir-se em três categorias: a historiografia de regime (tipo João Ameal), a historiografia universitária (normalmente de pura narrativa, embora nos anos 60 se começasse a abrir a novas tendências interpretativas) e historiografia dita de “oposição”, nem sempre baseada em pesquisas profundas, que tinha como característica, embora de forma normalmente indirecta, atacar o regime ou pelo menos valorizar a democracia, que não existia. Note que estudar o Liberalismo (já nem falo da I República) era, de certa forma, ser considerado como uma forma de “oposição”. Como caso exemplar, recorde que Silva Dias, na Universidade de Coimbra, iniciou, em meados dos anos 60, o estudo sistemático do Liberalismo e da Contra-Revolução, num seminário de investigação que culminaria na elaboração de teses de licenciatura. Ainda hoje se fala desse seminário, que frequentei, pois abriu portas a uma historiografia sobre História Contemporânea que, relativamente a Portugal, só se desenvolvia no Estrangeiro, especialmente em França, sob a direcção de Albert Silbert, que veio a ser por isso doutorado *honoris causa* pela minha Universidade. Quanto ao ensino da História, os manuais até aos anos 60 tinham um sentido ideológico de regime que, a pouco e pouco, foram perdendo (pelo menos de forma mais visível). O mesmo sucedeu com as “histórias de divulgação”, sobretudo dedicadas a crianças e a jovens. No jornalismo — que está em grande parte por estudar — só alguns jornais procuravam apresentar artigos que reflectissem uma outra visão da História, reflexões que normalmente eram censuradas, no todo ou em parte. Só algumas revistas de cultura, como a *Seara Nova* ou a *Vértice*, emitiam juízos fora do contexto do Estado Novo. Fora disso havia, quase sempre, um grande silêncio. Em todos estes variados contextos que referi, a seu pedido, recorde as censuras de que foi vítima um dos nossos melhores historiadores, por exemplo em 1960, durante as

¹TORGAL (1989; 1996; 1999; 2009; 2010; 2013).

Comemorações Henriquinas: Vitorino Magalhães Godinho. E já nem falo evidentemente que ele e outros acabaram por ter de sair da Universidade ou nem lá entraram, matando ou limitando assim as suas carreiras e privando-nos de interpretações diferentes sobre a História.

RTH: A defesa da tese do salazarismo como fascismo ou mesmo a identificação de certas “tendências totalitárias” neste regime é uma das marcas que o professor explicita em uma série de análises sobre o fenômeno do “Estado Novo português”. Esta interpretação do fenômeno vai à contramão de uma corrente dominante que não identifica o salazarismo como uma expressão do fascismo. Para o leitor brasileiro ainda não acostumado com este debate, quais pontos o professor poderia levantar em defesa da tese do salazarismo como um regime fascista? Quais leituras sobre o Estado Novo você indicaria para poderem melhor entender esse debate historiográfico?

A posição de que o salazarismo não é uma forma de “fascismo” resulta especialmente da interpretação de alguns estrangeiros, que nem sempre deram à historiografia sobre Portugal o sentido profundo e alargado (ultrapassando por vezes a aparência) da análise dos documentos de época. Por vezes partiam de uma memória carregada de ideologia que se difundiu nos seus países, por razões estratégicas. Em Portugal a questão tem-se colocado de uma forma mais evidente. Normalmente os historiadores que estudaram profundamente o salazarismo (ressalvando, todavia, algumas exceções) inclinam-se para que o Estado Novo é uma forma de fascismo. Aqueles que o viram numa perspectiva mais ideológica do que científica (também com algumas exceções) entendem que o salazarismo é uma forma peculiar de Estado autoritário, recusando o adjectivo de “fascista”. Claro que Salazar nunca intitulou o seu Estado de “fascista”, mas o certo é que todos os nacionalismos querem assumir a sua própria especificidade, que evidentemente existe. E também é verdade que as suas grandes leis estruturais seguem de perto o fascismo italiano, manifestando Salazar uma grande admiração por Mussolini até ao final dos anos 30, antes da ligação a Hitler do ditador italiano. Manuel de Lucena — que iniciou o estudo do Estado Novo, analisando a linha

estrutural do corporativismo — chamou logo em 1976 ao Estado Novo um “fascismo sem movimento fascista”. Miguel Unamuno, nos anos 30, numa visita a Portugal, num texto do Jornal *Ahora*, de Madrid, chamou-lhe “fascismo de cátedra”. O ensaísta Eduardo Lourenço, num texto logo escrito depois do 25 de Abril, disse não haver um outro sistema tão parecido com o de Mussolini, notando que a mais evidente maneira de o caracterizar ou de ele se autocaracterizar — para evitar o seu uso pejorativo — era (dizia no seu estilo paradoxal) que “o fascismo nunca tinha existido”. Na verdade, Salazar tentou mostrar que o seu “partido único”, a União Nacional, não era um partido, mas uma associação nacionalista de “cidadãos do Estado Novo”. Por outro lado, procurou provar que o Estado Novo não era totalitário, mas simplesmente autoritário. Mas, como tenho dito, e apesar do uso quase indiscriminado que utilizei nesta resposta, o Estado Novo não é apenas Salazar e há alguns salazaristas influentes que têm dificuldade em se integrar nesta ordem de argumentação. Bem... , o melhor é ler os documentos e, à falta de tempo, pode ler-se criticamente alguns capítulos do meu livro (peço desculpa pela auto-citação) *Estado Novos, Estado Novo*.

RTH: João Bernardo, um marxista heterodoxo português, escreveu em uma obra monumental sobre o fascismo² que a completa separação entre as experiências do fascismo italiano e do nazismo alemão em relação aos outros regimes de “terceira via” operacionaram no pós-guerra a criação dos conceitos de totalitarismo e autoritarismo. O professor concorda com a tese de que o conceito de Autoritarismo e o Totalitarismo seriam produtos da tentativa de ocultar a desnazificação e desfascistização incompleta no pós-guerra, por um lado, e por outro, de justificar alianças entre as “democracias” e os regimes ditos “autoritários” (Espanha, Portugal) com o intuito de combater os regimes “totalitários” (URSS)? Ou o conceito de totalitarismo na sua identidade/distinção ao autoritarismo ultrapassa esses usos do passado podendo ser usado sem essa carga ideológica?

Devo dizer com muita sinceridade que não conheço bem essa “obra monumental sobre o fascismo” (repito a sua expressão sem qualquer ironia, embora seja

²BERNARDO (2003)

sempre contra uma adjectivação exagerada acerca de certas obras, ao mesmo tempo que se esquecem outras). Por isso não comento a sua interpretação. Mas prometo vir a ler a obra com o maior interesse e criticamente. De resto, acabo de a adquirir. Julgo, todavia, que existe uma lógica (que não será esta, devido à sua “heterodoxia”) em relação à qual tenho muitas dúvidas: a oposição simples entre comunismo e fascismo. Sempre entendi que os dois pólos se tratavam de “religiões políticas” que se formaram a partir sobretudo de 1917 (com raízes anteriores, evidentemente). Em qualquer dos casos trata-se de “vias próprias” de oposição ao capitalismo e à democracia liberal, em busca de caminhos diferentes de solução social (mesmo alegadamente o nazismo, que tem um processo de formação diferente dos outros fascismos, a ponto de se perguntar se não se trata de um movimento de características próprias, devido ao seu racismo e anti-semitismo sistémicos, a ponto de terminar no hediondo Holocausto). Daí a sua oposição radical e de onde o facto de ambas se tornarem sistemas de “partido único” e de organização política totalitária, cada uma a seu modo. Mas aceito que a condescendência que houve nos países democráticos no que diz respeito, por exemplo, aos sistemas de Portugal e da Espanha, entendendo-se ali que não se tratavam (particularmente no caso português, que não surgiu de uma “guerra civil” e viveu aparentemente de forma “pacífica” até à Guerra Colonial) de formas de “fascismo”. Por outro lado, é óbvio que o anticomunismo primário fazia parte dessa concepção e estratégia, pelo que se matou a ideia de Democracia Social, voltando à situação de Democracia Liberal de tipo capitalista, agora apelidada de neoliberalismo, que hoje se afirma em toda a linha, até nas práticas da União Europeia, entre partidos socialistas, sociais-democratas e mesmo de democracia cristã, pendendo simultânea ou alternadamente (conforme os interesses de momento) mais para o consumismo ou para a austeridade, que são duas faces da mesma moeda. Ou seja, pode e deve utilizar-se o conceito de fascismo em sentido lato (a não ser que se restrinja o conceito de “fascismo” ao caso italiano, o que é contradito pelo ideia de internacionalismo fascista ou, mais restritamente, de “fascismo latino”, promovido pelo fascismo italiano) e integrar nele o caso do Estado Novo português, e não só, evidentemente. Mas será o fascismo que está de regresso? — como parece querer dizer João Bernardo, quando editou *on line*, neste ano de 2015, uma nova edição da sua obra, que recolhi. Penso que se trata de

novos sistemas, resultantes de novos condicionalismos, que estão a descaracterizar o sentido da “democracia”, a ponto de se falar que esse conceito por vezes já nada quer dizer de nobre, pois perdeu-se o sentido da igualdade e da fraternidade. Estamos perante um pântano de palavras em que elas — em si próprias, antes de serem desconstruídas em cada caso — já nada querem dizer.

RTH: No Brasil o peso da historiografia francesa consubstanciada na tradição dos *Annales* foi a mais importante tradição para a renovação da prática historiográfica, para além da “história historicizante”, tão criticada por Marc Bloch e Lucien Fèbvre. Em Portugal qual tradição pesou mais, durante e após o salazarismo para a superação dos demônios de uma historiografia sobre o forte peso do seu ufanismo historicista?

Na verdade, além de se manter a historiografia marxista de oposição e de exílio, foi o grupo dos *Annales* que exerceu maior influência em Portugal a partir dos anos 60-70 do século passado. A “Nouvelle Histoire” impôs-se de tal modo que não era possível fugir desta expressão para caracterizar qualquer tipo de historiografia, mesmo que se tratasse de uma historiografia meramente académica tradicional. Aliás, em Portugal, o “narrativismo” — ou, como diz, a “história historicizante” — foi, mais do que o “ufanismo”, a forma como se apresentou a historiografia nos meios universitários (não digo nos meios políticos, que também tinham óbvias relações com a Universidade), mesmo no Estado Novo. E o curioso é que hoje ressurgem a ideia de se fazer uma historiografia “narrativista” — o que não tem qualquer mal, desde que se aceite a multiplicidade dos temas e dos métodos usados — por vezes apresentada em defesa de uma “história política” contra uma “história social”. Ou seja, estamos numa “sociedade sem História” ou com o regresso a uma História do passado ou mesmo — devido, em parte, a uma afirmação “interdisciplinar” mal interpretada (eu defendo a interdisciplinaridade, pois fui fundador de um Centro Interdisciplinar, o CEIS20, onde se deve praticar uma ciência interpretativa de sentido essencialmente histórico), que se tornou moda — a uma ciência difusa de tipo social em que a História se desfaz.

RTH: Ao contrário do que acontece com a historiografia francesa, em particular a tradição dos *Annales*, a obra de António Sérgio, Vitorino Magalhães Godinho e de outros importantes historiadores portugueses é quase completamente desconhecida no Brasil. Essa falta de estudos em torno da cultura brasileira também é encontrada em Portugal no que concerne ao estudo de importantes historiadores brasileiros como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e outros?

É, com efeito lamentável, que historiadores portugueses como Vitorino Magalhães Godinho ou Oliveira Marques e Silva Dias (calculo que lhes suceda o mesmo) sejam desconhecidos no Brasil (serão mesmo?). E o *Dicionário de História de Portugal*, dirigido por Joel Serrão, dos anos 60, que é, a meu ver, um marco de viragem no nosso movimento historiográfico? E, mais recentemente, historiadores como José Mattoso? Quanto a Sérgio, é mais um ensaísta que reflectiu também sobre a História de Portugal do que um historiador. E Joaquim de Carvalho, historiador da filosofia e das ideias? E Sílvio Lima, teórico-ensaísta da história e do conhecimento científico? Quanto a nós, curiosamente e apesar da censura que se exercia, por influência de alguns professores brasileiros que ensinaram nas nossas universidades, não desconhecíamos, nos anos 60, os sociólogos Gilberto Freyre (que em certa altura, nos anos 50, o regime procurou aproveitar, depois de o ter marginalizado nos anos 30 — eu assisti a uma conferência de Gylberto Freire nos anos 60 na minha Faculdade em Coimbra) ou Caio Prado Júnior e muito menos a *História Geral da Civilização Brasileira* de Sérgio Buarque de Holanda.

RTH: No Brasil a crescente afirmação do campo da teoria da história e da história da historiografia é um forte indício da autonomização do campo por meio de eventos, instituições e da crescente formação de pesquisadores especialistas na temática. Como o professor avalia esse crescimento frente às críticas que o mesmo fez em seu último livro ao excesso de teorização na historiografia produzida no Brasil. O professor acredita ser importante o nascimento destes espaços de discussão teórica e historiográfica mesmo diante da sua visão da história como uma ciência que deve ser predominantemente indutiva? Como o professor avalia, no caso português, o

espaço institucional para o estudo da história da História na sua possível comparação com o Brasil?

Creio que uma coisa é a História da História e outra é a Teoria da História. Deve fazer-se a História da História no Brasil, como se fez há alguns anos em Portugal. De resto, o projecto — que foi financiado por instituições públicas de apoio à investigação de Portugal e do Brasil e que durou vários anos — era de História da História em Portugal e no Brasil. Também não tenho qualquer dúvida sobre o interesse da Teoria da História e da Historiografia. O que penso é que a História é uma ciência indutiva e objectiva, o que não significa que não traga consigo várias hipóteses de interpretação resultantes de concepções diferentes, que devem ser debatidas. Ou seja, o que critico é um excesso de teorização que pode afastar o historiador da sua missão primordial de investigar. Pode levá-lo simplesmente a teorizar ou... a divagar. E com isto não estou a afastar a importância da teorização da História, como do papel de sociólogos, de jornalistas, de politólogos, etc. para uma correcta interpretação da História, que é sempre uma visão poliédrica e que só ganha com a interdisciplinaridade. Desde que não se traia o sentido específico da História.

RTH: O professor disse uma vez que a ficção por definição não deve ser entendida somente como “falsidade”, “invenção”, pois esta também é conectada etimologicamente a noção de “arte de modelar”, a capacidade de seleção. Desta forma, qual é a posição do professor com relação aos limites representativos da história e, em particular, a certa visão da historiografia como um discurso sem cientificidade, que expressa somente a subjetividade.

Falo constantemente da diferença entre uma ficção científica e uma ficção, por assim dizer, literária ou memorial. Em todos os casos há um modelamento, mas bem diferente. O artista pode utilizar a falta de rigor, a sua interpretação subjectiva, fundamentalmente estética, de um objecto, mas não o historiador, que entendo como um cientista que se deve aproximar o mais possível da objectividade que, todavia, sabemos ser — como dizia o meu colega José Mattoso — “uma representação de representações”. Mas não será toda a Ciência, cada uma a seu

modo, uma “representação”? Por isso valorizo tanto a interrogação na Ciência e, assim, na História. Por isso escrevi um livro intitulado “História... Que História?”.

RTH: Em um apontamento do seu livro mais recente³ o professor avalia negativamente a presença de uma produção editorial sobre a história que mais vulgariza do que amplia o conhecimento sobre o passado. Essa produção da história que tende ao reino da “opinião” e não da “interpretação” deve ser combatida pelos historiadores ou existe um espaço mínimo de diálogo entre estas?

Falo do assunto no meu livro *História... Que História?*. Mas devo salientar que, obviamente, não sou contra a divulgação histórica. Bem ao contrário. Só que entendo que a divulgação deve ser tão rigorosa (embora utilizando métodos de comunicação específica) como a História-Ciência, dado que, caso contrário, mais facilmente cria imagens no leitor que nada têm de correctas e objectivas. Aliás, é através da divulgação que melhor se tem difundido a propaganda, seja de que tipo for. Por outro lado, embora não goste de romances históricos e de filmes históricos (com algumas honrosas excepções: obras de Rossellini ou, em Portugal, de António Pedro Vasconcelos, João Mário Grilo ou Valeria Sarmiento) não sou, evidentemente, contra eles, desde que o autor e o leitor tenham consciência que estão a apresentar e a receber ficção literária e cinematográfica. De resto, como dizia, mais ou menos, uma personagem (um jornalista) de John Ford num dos seus *westerns* (*O homem que matou Liberty Valance*), “quando a lenda se torna facto considere-se a lenda”. Afinal é uma consciência de emissão e de recepção que está em causa. Por isso falo tanto da consciência crítica que todos nós devemos ter na escrita e na leitura. Contra o que me revolto é que nas “grandes superfícies livresas” (que parecem hoje comandar o comércio de livros) encontramos nos “Destaques” normalmente maus romances históricos e obras de divulgação histórica e teremos de procurar, escondidas nas estantes (quando as encontramos), obras de História, feitas com a seriedade do historiador. Como costume dizer, o lixo histórico e o lixo literário acumulam-se com esta sociedade consumista e do espectáculo, que não afere sequer criticamente aquilo que

³TORGAL (2014).

consome nem tem em conta que o acto de “consumir” é sempre algo que resulta da finalidade de nos impingirem um qualquer produto.

RTH: Fundamentado em Ortega Y Gasset o professor diz, neste mesmo livro já citado, que a missão e o sentido primário da universidade de dar sentido à vida, uma universidade de teor humanista, vem sendo substituída por uma cultura ornamental e burocratizada fundamentada mais nos “números” produtivos do que propriamente na produção do conhecimento para a sociedade. Esta crise da universidade europeia é também compartilhada no Brasil, guardado as diversas especificidades, a partir do momento em que órgãos como a CAPES estipulam um nível de produtivismo que preza muito mais pelo quantitativo que pelo qualitativo. Qual seria uma possível alternativa a este modelo universitário? O professor acredita que os intelectuais devem-se mobilizar publicamente para intervir contra essa deformação do sentido humanístico da universidade?

Só vejo mesmo essa alternativa, ligada à honestidade intelectual e à consciência crítica. Num opúsculo que agora publiquei, *A Imprensa da Universidade e a Consciência Crítica*, para celebrar os 240 anos da Imprensa da Universidade de Coimbra, tentei mostrar que a produção científica deve estar ligada à modernidade dos meios de comunicação e informação. O que considero, todavia, é que se ultrapassou a lógica da qualidade em favor da lógica da quantidade, a prática da comunicação e da informação em desfavor da verdadeira investigação científica. Por isso a forma parece valer muito mais do que a matéria ou conteúdo, dando-se valor sobretudo ao espectáculo da comunicação e da informação. Veja como os livros se distribuem... e como o historiador que sabe inglês (sem dúvida fundamental, como outra qualquer língua) mas que não é grande investigador está numa posição mais privilegiada do que o historiador que sabe investigar mas não se preocupa com a tradução dos seus textos para língua inglesa (em certos casos deveriam ser as instituições a interessar-se por essa tradução). Mas a História hoje — segundo a “cultura oficial”, a não ser que lhe interesse por razões políticas ou económicas — não serve para nada. Curiosamente acabo de responder a um inquérito de uma Universidade portuguesa sobre ciências sociais e a comunicação

da ciência que nem considerava expressamente a História, embora houvesse um lugar para acrescentar outros saberes!

RTH: A falta de vínculos entre a experiência pessoal e as gerações passadas, o presentismo, é um sintoma que historiadores de matizes tão diferentes como Eric Hobsbawm⁴ e François Hartog⁵ perceberam como um fator estruturante de nossa sociedade contemporânea. De forma análoga o professor apontou numa palestra na Academia Portuguesa de História que essa presentificação também é um dos males contemporâneos. Você poderia apontar quais seriam as razões para este fenômeno e qual a sua posição frente a este processo?

Considero, na verdade, que estamos numa “sociedade sem História” e o curioso é que há uns 10 - 15 anos dizíamos que “a História está na moda”. Isso é referido por outros historiadores de concepções e métodos diversos. O motivo é porque esta sensação de crise, este consumismo, este desenvolvimento constante da tecnologia faz com que pensemos no Presente e no Futuro, como novidade e como resolução possível dos problemas de hoje. Não se entende que uma sociedade que não presta atenção à História é como uma planta sem raiz. Curiosamente, fala-se do Património e da História, mas é apenas porque esse Património e essa História fazem parte de um certo verniz cultural. Como dizia Vargas Llosa, o facto de haver agora mais visitantes do Louvre (ou do Guggenheim) não significa que haja mais cultura, mas sim que se pretende provar que se é culto e que se conhece. Não se entende que informação (quando há, pois o excesso de informação pode significar desinformação) não é (ainda) conhecimento. Enfim, quando digo que estamos numa “sociedade sem História” é porque se considera apenas a História como uma superficialidade cultural e não uma forma estruturada de Cultura e de Ciência. O mesmo se passará com a Arte (e eu, como é natural, sou um admirador de todos aqueles que procuram na Arte, em qualquer estilo, uma resposta...). Mas não é isso que sucede. Veja-se dois exemplos: Joana Vasconcelos, uma engenhosa criadora de artefactos (não confundir com a pureza do artesanato), encanta o mundo da

⁴HOBBSAWM (1995).

⁵HARTOG (1995).

pseudo-arte, como Paulo Coelho, um hábil escrevinhador de novelas fáceis, se tornou um *best-seller*. Um tempo assim não pode ter verdadeiro interesse pela História, que supõe um enorme esforço de investigação, de interpretação, de escrita e de interrogação.

RTH: Por fim, iremos fazer uma pergunta que vem sendo repetida a todos que entrevistamos desde os primórdios da revista. O professor acredita que a história tem uma função social?

Claro que tem uma função social, como tem qualquer ciência ou qualquer forma de arte. O que não se pode é ver essa “função social” de uma forma pragmática. O pragmatismo está a matar a sociedade, como fez o imperialismo político ou, digamos de outro modo, o pragmatismo é uma forma de imperialismo (já nem digo de evidente capitalismo). Não defendo a ciência pela ciência, como nunca se pode defender a arte pela arte (mesmo que se diga, ou sobretudo que se diga, como no “Leão da Metro”, que tinha como máxima “*Ars gratia Artis*”), como também não defendo a Ciência ao serviço de uma ideologia mesmo que aparente a forma de um Ideal (a religião, por exemplo). Muito menos a História, que tem servido as mais diferentes ideologias, inclusivamente de carácter religioso, tornando a consagrar o tempo e o espaço (veja-se em Portugal o caso de Fátima, simples crença popular que a Igreja transformou, quando lhe interessou, com os seus “historiadores”, em mensagem de Fé e que agora tem de ser encarada, e nem sempre é assim, como um fenómeno de cultura e de mentalidade), quando a História só pode viver num espaço laico (por que lutou ao longo do tempo), mesmo quando interpreta o sentir religioso como sentir cultural, por vezes transformado em poder político e económico. Enfim, a História tem uma função social, evidentemente, pois ajuda a compreender o Mundo e a Vida. Sempre com muitas dúvidas, é certo, mas as dúvidas fazem parte da Ciência.

Referências Bibliográficas

João Bernardo. *Labirintos do fascismo: na encruzilhada da ordem e da revolta*. Porto: Afrontamentos, 2003.

HARTOG, François. Regime de historicidade. Disponível em: >[https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois Hartog_Regime de Historicidade %281%29.pdf](https://pos.historia.ufg.br/up/113/o/Fran%C3%A7ois_Hartog_Regime_de_Historicidade_%281%29.pdf)<, 1995.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o longo século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TORGAL, Luis Reis. *Historia e ideologia*. Coimbra: Minerva, 1989;

_____. MENDES, José Maria Amado; CATROGA, Fernando. *História da História de Portugal. Séculos XIX-XX*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

_____. *A Universidade e o Estado Novo: O caso de Coimbra*. Coimbra: Minerva, 1999.

_____. *Estados Novos, Estado Novo*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009 (2.^a edição).

_____. Estado Novo e intolerância: repressão e reprodução ideológica. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Tempos de fascismos: ideologia-intolerância-imaginário*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

_____. *História... Que História? Notas críticas de um historiador*. Lisboa: Círculo de Leitores – Temas e Debates, 2014.